

Mapeamento e análise dos espaços de praça da cidade de Joinville - SC

Mapping and analysis of the square spaces of the city of Joinville - SC

Renata Franceschet Goettems* e Ayrton Portilho Bueno **

Resumo

Este artigo é parte de um estudo de tese que propõe um diálogo entre a vida sociocultural e as políticas públicas de desenvolvimento urbano como forma de evidenciar a urbanidade desperdiçadas nas praças na cidade de Joinville-SC. Objetiva-se apresentar um estudo global que mapeia e analisa os espaços de praça existentes na malha urbana de Joinville-SC e sua relação com a morfologia urbana da cidade. Evidencia-se quão importantes são os espaços livre públicos de praças para a vida da cidade, auxiliando nas conexões e composições da paisagem urbana, permitindo encontros e desencontros que podem garantir certa interação social, proporcionando o convívio com diferentes grupos sociais, a criação de uma esfera pública e a urbanidade. A metodologia baseia-se no levantamento dos espaços através de mapeamentos que consideraram o uso do solo, a renda média mensal, a densidade demográfica e a localização em relação a malha urbana consolidada. Como resultados dessas análises identifica-se que o município de Joinville possui poucas áreas de praça e que estas não configuram um sistema de espaços livres coeso que dê qualidade a vida urbana, conforme apontam teorias urbanas contemporâneas, bem como entende-se que a utilização de espaços públicos baldias pode ajudar na criação dessa rede.

Palavras-chave: Planejamento urbano, mapeamento, dinâmica urbana, rede de espaços livre públicos.

Abstract

This article is part of a thesis that proposes a dialogue between sociocultural life and public policies of urban development as a way of highlighting urbanity wasted in the squares in the city of Joinville. The objective is to present a global study that maps and analyzes the existing square spaces in the urban network of Joinville-SC and its relation with the urban morphology of the city. It is evident how important are the free public spaces of squares for the life of the city, helping in the connections and compositions of the urban landscape, allowing encounters and disagreements that can guarantee a certain social interaction, providing the conviviality with different social groups, creating a public sphere and urbanity. The methodology is based on the survey of the spaces through mappings that considered the use of the soil, the average monthly income, the population density and the location in relation to the consolidated urban network. As a result of these analyzes, it is identified that the municipality of Joinville has few square areas and that these do not constitute a cohesive free space system that gives quality urban life, as contemporary urban theories point out, and it is understood that the use of public spaces can help create this network.

Keywords: Urban planning, mapping, urban dynamics, network of public spaces.

*Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Santa Maria (2009), mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Professora do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina - Joinville (SC). Integrante do grupo de pesquisa Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais.

**Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1C996) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2006). É professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ. Integrante de três grupos de pesquisa voltados ao urbanismo.

Introdução

A busca, na cidade contemporânea, por locais de convívio, lazer ou contemplação tem ganhado espaço entre os habitantes da urbe. A urbanização intensa e desordenada das últimas décadas levou a preocupações relacionadas com a questão ambiental urbana e as características dessa nova cidade que sofre os efeitos da ação antrópica. As formas de se relacionar com o meio e as necessidades da população foram alteradas. A qualificação das cidades está diretamente relacionada com a qualidade dos seus espaços livres públicos (ELPs) e suas áreas verdes, esses elementos são fundamentais e estratégicos para a construção e garantia de vida à sociedade urbanizada. Pesquisadores contemporâneos demonstram que as pequenas áreas verdes inseridas na malha urbana (tais como praças e parques urbanos) além de promoverem uma melhora no ar, uma proteção dos ruídos urbanos e a manutenção dos microclimas locais - amenizando a temperatura e aumentando a umidade relativa do ar nos espaços urbanos - também contribuem

para a estabilidade social e psicológica dos usuários desses locais, o que os autores consideram crucial para a habitabilidade do ambiente urbano atual (FONTES, SHIMBO, 2003; CHIESURA, 2004; OLIVEIRA, MASCRÓ, 2007).

Entendendo a importância de oferecer à população áreas verdes e de inseri-las na malha urbana, há países que mencionam em suas políticas de planejamento urbano e de saúde os benefícios dos espaços livres públicos de lazer e recreação, como é o caso da Dinamarca, citado por Schipperijn; Ekholm, et al. (2010). Tais áreas não só fornecem espaços que viabilizam o encontro das pessoas para a prática de atividades físicas como também podem servir de destinos interessantes a ponto de persuadir os cidadãos a caminhar até eles (KOOHSARI, KARAKIEWICZ e KACZYNSKI, 2012).

Além de questões estéticas, psicológicas e de melhoria da saúde, as áreas livres públicas, po-

dem trazer benefícios sociais, tais como o encorajamento do uso desse local em diversos horários do dia e da noite, o que proporciona mais interação entre pessoas do mesmo bairro, cidade ou ainda de cidades vizinhas (CHIESURA, 2003 e GEHL, 2013). Chiesura (2003) cita ainda que a criação e manutenção de valores estéticos, históricos e recreacionais relacionados às praças e parques urbanos aumentam a atratividade da cidade e a promovem como destino turístico, o que gera emprego e renda para os habitantes locais, além de constituírem a memória e identidade da população e da cidade.

Entende-se, então, que os espaços livres públicos desempenham papel relevante em termos funcionais, ambientais, sociais e culturais (ERA, 2012; CUNHA, 2003; THOMPSON, 2002). Para Oliveira e Mascaró (2007), Grave et al. (2011), Era (2012) e Gehl (2013) esses espaços públicos são palcos para a realização da prática cotidiana e da interação de vários grupos sociais de diferentes características econômicas, sociais e etárias, sobretudo, onde circulam pessoas, onde são realizados eventos religiosos e cívicos, bem como a passagem de informação irrestrita, atributos que lhes dão identidade inerente. Esses locais também são palco para expressão das necessidades da coletividade, são neles que os indivíduos se encontram para requererem o direito a cidade, a urbanidade.

Para Salazar (2010, p.12), mais do que a preocupação com a apropriação e com o uso dos es-

paços para fazer com que as cidades se tornem mais agradáveis, habitáveis, amáveis, justas, solidárias, competitivas (nas palavras do autor) “é preciso um especial cuidado para a conquistas de abundantes espaços, físicos e sociais, onde seja possível construir um local complementar ao universo individual que cada um define”, ou seja, é necessário atentar para a retomada da esfera pública expressa no espaço livre público. Com isso, o autor se refere as individualidades pessoais e sugere a construção de um espaço onde seja possível a expressão dessas individualidades. Tal espaço torna-se possível quando é feito para o povo e é por ele legitimado/apropriado, deve-se buscar então que as necessidades de cada local, bairro, distrito ou cidade sejam atendidas a partir das solicitações feitas pelo coletivo.

Dessa forma, compreende-se que os espaços públicos de praça podem ser peças fundamentais na construção da morfologia da cidade, da própria urbs, da polis e da civitas – a urbanidade -, responsáveis por manter o equilíbrio, a interação e a relação entre os diferentes espaços e seus usuários, bem como suas percepções diante dos mesmos (KOHLSDORF, 1996). Acredita-se, ainda, que nesses espaços os indivíduos podem expressar suas necessidades e identidades, desejos e anseios, o que possibilita a troca de informações, definição de atitudes e posicionamentos na vida urbana, por isso a existência e valorização desses locais torna-se importante para a vida na sociedade atual.

A criação de um sistema de espaços livres públicos coeso pode ser um dos caminhos a melhorar a urbanidade das cidades, a torná-las mais atrativas ao uso, mais vivas e conseqüentemente como maior qualidade de vida urbana.

O município de Joinville traz em sua história e seu cotidiano características de uma cidade que pouco utiliza e valoriza seus espaços de praça, sendo hipótese desse artigo que esses espaços são poucos e mal distribuídos na malha urbana, merecendo assim ser estudado pela comunidade científica. Este trabalho poderá dar subsídios para a administração pública de cidades com tais peculiaridades, além de contribuir com a elaboração de mapas temáticos que poderão servir de base para o planejamento urbano do município.

Praças – contextualização

Os espaços livres públicos são, por excelência locais de encontro e de interação dos habitantes da urbe. Encontros e interações intencionais ou ocasionais. Antes mesmo da Idade Antiga, tais espaços surgem para sanar a necessidade de suprir serviços domésticos que não cabiam nas casas, para trocas comerciais, para celebrações, para arguições ou mesmo para decisões relacionadas à vida cidadina, muitas vezes sem a pretensão de possuir um desenho formal. São áreas que podem assumir formas pontuais (praças e largos), lineares (ruas) ou organizarem-se em zonas (parques) e assim estruturarem formalmente

o tecido urbano.

Ao longo da história, esses espaços vêm sofrendo alterações em suas configurações formais e nas maneiras de utilização e apropriação do espaço. Para este artigo, o enfoque de contextualização será a partir do movimento pós-moderno, quando arquitetos e urbanistas começam a questionar a lógica moderna de urbanização e identificam a necessidade de retomada do espaço público enquanto meio de interações sociais.

No século XX os deslocamentos assumem diferentes formas, podendo ir do tradicional nível do solo, ao subterrâneo e aéreo. O deslocamento através de veículos motorizados (principalmente o individual) ganha força e altera a dinâmica das cidades. Do ponto de vista funcional torna-se possível, a partir desse momento, articular distâncias que antes não poderiam ser percorridas. Já da visão dimensional, nota-se que a via passa a abranger grande parte dos espaços livres públicos da cidade. Ruas e praças passam a assumir diferentes papéis: a primeira torna-se local de circulação e deslocamento, já a segunda transforma-se em um amplo espaço vazio, sem vida, conseqüentemente pouco atrativo ao morador da cidade. Os autores Alexander; Ishikawa e Silvertein (2013, p.312) contribuem afirmando que “as praças projetadas nesse período ficam bem na prancha de desenho, mas na vida real acabam ficando desertas e mortas”. Lefebvre (2008) sustenta que essa supressão da rua enquanto espaço urbano de interações pessoais trouxe conseqüências à

vida da cidade, tais como a redução da “cidade” a dormitório e, em suas palavras, a “aberrante funcionalização da existência”. Ou seja, a modernização das funções da cidade trouxe consequências na sua estruturação, bem como nas formas de relacionamento social que, recentemente, sofre com a possibilidade do mundo virtual estar suprimindo as interações presenciais.

A falta de diversidade e a divisão funcional das cidades, retira das ruas o caráter de lugar de encontro, de passeio, de compras, e altera a forma de apropriação do espaço (ALMEIDA, 2001). Alguns autores consagrados no assunto, entre eles Jacobs (1961), Gehl (1971), Sennett (1977) e Lefebvre (2008), nas décadas de 1960 e 1970, denunciavam o declínio do espaço público no período moderno e apontavam como principais causas desse fenômeno a implantação de projetos de renovação urbana desconectados do contexto histórico e cultural, a monofuncionalidade, as megaestruturas urbanas, os automóveis, e alguns elementos culturais como a valorização da intimidade e da privacidade.

Lefebvre (2008) evidencia que o espaço público da rua é um local de encontro, que sem ele não existem outros encontros possíveis. Ou seja, sem a rua (local de encontro não intencional) não é possível existir o deslocamento até cafés, teatros e bares (locais de encontros intencionais). Para o autor, tais locais de encontro animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não

existem. Ele complementa afirmando que “(...) na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e expectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não haverá vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 2008, p. 27). O que se percebe nessa afirmação de Lefebvre é que os espaços públicos são elementos de extrema importância para a vitalidade da cidade, para o contato social, ou seja, para a urbanidade. Se tais espaço são atrativos, convidativos, acolhedores, as pessoas tenderão a utilizá-los com maior frequência, animando a rua, o bairro ou a cidade, promovendo o encontro, a troca social e a interação urbana.

Caldeira (2007), evidencia que, no período moderno, o papel da praça parecia estar condenado a uma escala monumental, desempenhando apenas a função de grande vazio urbano (Figura 1). Porém, segundo a autora, é no final do século XX, início do século XXI que uma mudança nas políticas públicas de intervenção urbana chama a atenção para a retomada do espaço público enquanto local de socialização, de encontros, trocas, reivindicações políticas e sociais. Resurge, então, o conceito do espaço público enquanto protagonista de espaços coletivos, principalmente nas ações de resgate da qualidade urbana e da identidade local, realizadas através de intervenções em áreas centrais, locais históricos ou mesmo reabilitando espaços de pequenas praças. Esses conceitos propõem qualificar



Figura 1 - Exemplo de espaço excessivamente amplos propostos pelo urbanismo moderno. Esplanada dos ministérios – Brasília – DF. Fonte: Banco de Imagens do Google, acesso em 04.2015.

1.O pós-modernismo surge como uma crítica ao movimento Moderno, e como uma necessidade de reconstrução das cidades após a Segunda Guerra Mundial. As teorias pós-modernas buscavam respostas ao que acontecia nas cidades, ao esvaziamento das áreas urbanas. Porém, suas críticas pouco avançaram no que diz respeito ao conhecimento sobre a cidade e as dinâmicas socioespaciais, sua ênfase nos aspectos locais acabava por negligenciar os aspectos globais, que levam em consideração o sistema de relações entre os espaços (PEPONIS, 1992).

2.A “cultura do trabalho” foi abordada e apontada

por historiadores locais que evidenciam um movimento intenso casa-trabalho-casa como forma de ascensão social. Esse movimento é justificado pelos historiados como sendo proveniente da própria religião protestante, predominante entre os primeiros imigrantes (TERNES, 1981; SILVA, 2004; SOUZA, 2008). Max Weber observou e pontuou que os proprietários do capital, empresários e maioria dos trabalhadores com qualificação profissional de maior grau professavam algum credo de origem protestante, o que pode estar relacionado a essa “cultura do trabalho” arraigada na cidade de Joinville.

os espaços públicos ressaltando a escala do pedestre, do campo visual, da legibilidade do espaço, da diversidade de usos e de usuários assim como a integração às realidades locais, elementos esses já identificados por Jacobs, Lynch e Gehl na metade do século XX.

No Brasil, o curso da história não foi muito diferente. Foi somente na década de 1960 que as ideias de planificação global da cidade e as teorias pós-modernas¹ vêm se contrapor ao modernismo. Surge, então, a preocupação com o resgate à cidade, sendo que as novas propostas de intervenção urbana são, em sua maioria, pontuais e procuram requalificar o espaço respeitando seu contexto, sua inserção urbana, sua morfologia e tipologia arquitetônica, além de tentar preservar os valores locais (ALMEIDA, 2001).

Cunha (2002) ressalta que no Brasil, esse processo de urbanização nem sempre planejado, tem dificultado a obtenção de áreas urbanas para a implantação de parques, praças ou outras áreas verdes que possam constituir um sistema de espaços livres públicos coeso e completo. Ela adverte que, do ponto de vista legal, as leis de uso e ocupação do solo costumam negligenciar a reserva de áreas para tal finalidade através de leis de zoneamento que protegem interesses de valorização de certas áreas dentro da cidade e poucas medidas de cunho efetivo são estabelecidas para a implantação de áreas públicas de parques e praças.

Dessa forma, é necessário entender que a cidade não pode ser uma “colcha de retalhos”, desconectada, fragmentada e desigual. É preciso buscar alternativas à lógica pós-moderna de intervenção urbana, onde o arquiteto e urbanista, em sua ânsia de se adequar à nova ordem econômica e social, passe a atender demandas de grupos diversos e proponha soluções pontuais e locais. Nesse sentido, justifica-se estudos que levem em consideração o todo, a escala global da cidade (a cultura local, a legislação, a morfologia, a ordem econômica e as tipologias arquitetônicas) como alternativas às soluções pontuais. Analisar, avaliar e propor soluções que considerem a totalidade de elementos que compõem a cidade podem ser o ponto de partida para as análises locais. E é nesse contexto que este artigo está inserido.

O município de Joinville - SC

Fundado por imigrantes germânicos, em sua maioria, em meados do século XIX ao norte do estado de Santa Catarina (Figura 2), Joinville possui características próprias. Situa-se sobre um território de terras baixas junto ao mar, com grandes áreas de manguezais, locais alagadiços e alguns pequenos morros. Criada a partir de interesses comerciais, seu desenvolvimento deu-se principalmente através da economia industrial.

Baseada em uma cultura de trabalho² parece não valorizar seus ELP, e especialmente suas praças, como elementos que possam estruturar encontros entre grupos sociais diversos, necessários



Figura 2 – Mapa de localização do município de Joinville-SC.
Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu.

para uma vida urbana com qualidades desejadas e indicadas por teorias urbanas contemporâneas. Tais espaços poderiam permitir o encontro de diferentes grupos sociais, a interação inesperada, o movimento cotidiano e toda a gama de elementos que afetam a esfera pública, a dinâmica urbana e a urbanidade.

A maior³ e mais rica⁴ cidade do estado sofreu com o crescimento populacional e urbano desordenados, frutos de propagandas empresariais que enalteciam a “Manchester Catarinense”. Tais propagandas disseminadas pelo estado e pelo país criaram a imagem de uma cidade com qualidade de vida⁵. Esse ideal de qualidade de vida atraiu muitos migrantes para a cidade que, despreparada, teve seus problemas agravados devido ao excesso de pessoas e a falta de planejamento, principalmente o urbano.

Joinville, ao longo dos anos, vem crescendo (populacional e territorialmente) e, apesar da existência de planos diretores que norteiam seu crescimento desde a década de 1970, o que antes era qualidade de vida, tornou-se problema a ser resolvido. O espraiamento territorial iniciado principalmente nos anos de 1960 consolida-se na década de 1980 e aumenta as áreas pouco atendidas por infraestrutura urbana, como aconteceu em grande parte do país. A população se distribui em regiões periféricas, com pouca ou nenhuma estrutura urbana de abastecimento e com mobilidade urbana precária. Acrescenta-se o incipiente número de

espaços livres públicos para interação social e a frequente utilização de espaços privados para a socialização, desperdícios de uma vida urbana que estava em pleno desenvolvimento.

Apesar dos planos diretores demonstrarem certo grau de interesse em áreas públicas de interação social, é notória a pouca ênfase às questões relacionadas a criação e definição de áreas livres públicas para a socialização dos indivíduos, para a prática da democracia, da esfera pública e para o incentivo à urbanidade. Qualidades da cidade que podem garantir certos graus de segurança, maior coesão social e menores segregações. Justifica-se então seu estudo na cidade de Joinville, tendo em vista que a análise dos levantamentos realizados aponta para uma quantidade incipiente de praças e para sua má distribuição na cidade, de maneira que não configuram um sistema de espaços livres públicos coeso na malha urbana do município.

Materiais e métodos

Neste estudo, procurou-se demonstrar as principais transformações do município de Joinville-SC relacionadas ao seu processo de ocupação e definição de espaços livres públicos de praça. Para tanto, buscou-se levantar os espaços de praça definidos pela municipalidade e compará-los com levantamento in loco para criar uma base confiável de dados. Essa base foi gerada através da análise espacial pela ferramenta SIG (Sistemas de Informações Geográficas).

3. Maior em termos populacionais. Segundo dados do IBGE cidades, foram estimados para o ano de 2017 cerca de 577.077 habitantes na cidade, distribuídos em uma área territorial de 1.126,106 Km². Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>, acesso em 14.07.17.

4. Joinville possui o maior PIB do estado desde 2013 (VIER, 2015).

5. Qualidade essa atrelada a recompensas (salários ou divisão de lucros) que possibilitam a aquisição de bens e ajudam a mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estados de consciência a respeito dos graus de felicidades ou prazeres momentâneos que criam/geram sensações de sucesso (HERCULANO, 2000).

6. Pesquisadores contemporâneos como Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke et al (2006 apud Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013), Gehl (2013), são citados quando da categorização dos espaços livres públicos segundo suas dimensões. Optou-se por utilizar a classificação de Era (2012) por acreditar ser a mais pertinente ao trabalho desenvolvido.

A primeira etapa consistiu em pesquisa bibliográfica de acervos físicos e virtuais em bibliotecas nacionais e internacionais com a finalidade de atualizar e revisar conceitos com interconexão ao tema, como meio para definir diretrizes e delimitações do objeto de estudo. A segunda etapa desta pesquisa apresenta as análises de dados e a tabulação das informações.

Como forma de compreender o crescimento urbano do objeto de estudo optou-se pela manipulação e tratamento de uma cartografia que englobasse a escala da área urbana como um todo. Buscou-se identificar, nos mapas existentes, elementos formais que indicassem como a cidade está estruturada, e qual o sentido do crescimento ao longo dos anos. A análise das vias estruturadoras da cidade bem como a sobreposição de mapas de diversas épocas possibilitou essa avaliação.

Já para o mapeamento das áreas de praça na contemporaneidade buscou-se referências cartográficas disponibilizadas pelo IPPUJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville),

dados dos setores censitários, pesquisas em fontes institucionais e levantamentos de campo.

No que diz respeito as referências obtidas do IBGE, foram utilizados dados demográficos e de renda média mensal por setor censitário. As análises levaram em consideração o ano base do censo, 2010. Já os dados obtidos junto ao IPPUJ possuem ano de referência em 2016.

Para o processamento dos dados, criação e utilização de mapas, bem como para o cruzamento de informações utilizou-se o *software* ArcGIS 10.3, desenvolvido pela empresa *Environmental Systes Research Institute* (ESRI). Para georeferenciar a base de dados conforme suas coordenadas geográficas utilizou-se a projeção SIRGAS 2000 UTM Zona 22 Sul. As imagens de satélite utilizadas foram relacionadas via ArcGIS, utilizando como base o *Google Earth*.

Entendendo que, em uma análise global, o foco deve estar nas questões relacionadas a diversidade de usos no entorno dessas áreas, e a proximidades dos espaços entre si, buscou-se compreender quais são as regiões da cidade que estão sendo atendidas por espaços de praça. Optou-se por utilizar a classificação de raios de abrangência desenvolvida por Era (2012)⁶, na qual são definidas seis categorias de espaços de praça que possuem os raios de abrangência baseados em sua área. Assim, a autora define:

Figura 3 - Tabela dos tipos de espaços livres públicos, definidos a partir de suas dimensões e determinados seus raios de abrangência. Fonte: Era (2012).

TIPO	ÁREAS MÍNIMAS	DISTÂNCIA/ABRANGÊNCIA
Loteamento Urbano	6ha	1.000m
Praça de Vizinhança	0,5ha	250m
Praça de Bairro	1ha	500m
Praça Distrital	5ha	1.000m
Parque Urbano	10ha	2.000m
Parque Metropolitano	>10ha	5.000m

A partir dessa categorização percebeu-se que a grande maioria dos espaços da cidade de Joinville, por sua dimensão, são praças de vizinhança, ou seja, deveriam estar dispostos de forma tal que estivessem distantes entre si no máximo 500m, infelizmente não é o que acontece na cidade.

Os mapas e imagens elaborados através da análise espacial são representações gráficas formadas a partir de imagens geradas pelo geoprocessamento, por imagens do Google Earth e da seleção das áreas de interesse ao estudo a partir da determinação de polígonos.

Resultados e discussão

A partir do exposto anteriormente, buscou-se mapear e verificar, dentre os espaços livres públicos reconhecidos como praças pela municipalidade (Figura 4), as características quanto ao uso, quanto a sua localização (em relação a malha viária e em relação ao seu entorno), quanto a sua relação com o entorno imediato e sua abrangência em relação ao bairro e a cidade.

Ao analisar as questões relacionadas ao uso desses espaços, observou-se a existência de uma grande quantidade de espaços livres que a municipalidade considera praça, e que, se observados atentamente (*in loco*), podem ser considerados apenas remanescente de sistema viário. Das 130 praças/parques encontradas na malha urbana de Joinville e identificadas pela Secretaria de

Planejamento Urbano e Desenvolvimento como tais, 20 podem ser considerados como parte integrante do sistema viário, ou seja, 15,39% do total das praças e 19 podem ser consideradas espaços livres públicos baldios, ou seja 14,61% do total das praças cadastradas. O que significa que 30% dos espaços de praça não podem ser considerados efetivamente praças (Figura 5).

Os espaços de remanescente viário são caracterizados por estarem, em sua maioria, limitados por vias de grande fluxo, compõem áreas de rotatórias, não possuem equipamentos nem mobiliários urbanos, serem cobertos por vegetação rasteira (grama na maioria das vezes) e possuem área variando entre 124m² e 2.605m². Única exceção em relação ao tamanho e ao uso é a “praça” de acesso ao aeroporto de Joinville, que possui uma área de 9.141m², que atualmente são destinados a estacionamento, restando uma pequena porção com área gramada junto ao acesso principal do aeroporto. Todos esses espaços estão distribuídos de forma aleatória na malha urbana, concentrando-se, em sua grande maioria, junto aos principais eixos de mobilidade de Joinville. Assim como, concentram-se em setores censitários de baixa densidade demográfica e com renda média mensal acima de quatro salários mínimos como podem ser observadas nas Figuras 6a e 6b.

Os espaços considerados como espaços livres públicos baldios não possuem qualquer infraestrutura, mobiliários ou equipamento urbano. São

BAIRRO	ÁREA DO BAIRRO (M²)	TOTAL DE ELP DE PRAÇA/PARQUE CONSIDERADOS PELO IPPUJ	ÁREA TOTAL DOS ELP DE PRAÇA E PARQUE CADASTRADOS PELO IPPUJ EM 2016 (M²)	NIL. DE ELP BALDIOS	ÁREAS DOS ELP BALDIOS (M²)	NIL. DE ELP DE REMANESCENTE VIÁRIO	ÁREAS DOS ELP DE REMANESCENTE VIÁRIO (M²)	TOTAL DE ELP DE PRAÇA/PARQUE CONSIDERADOS PELA PESQUISA	TOTAL DA ÁREA DE ELP CONSIDERADOS PRAÇA/PARQUE CONSIDERADOS PELA PESQUISA (M²)
ADHEMAR GARCIA	1.958.630,406	5	766.213,520	1	8.842,000			4	757.371,520
AMÉRICA	4.539.425,766	3	8.198,090					3	8.198,090
ANTA GARIBALDI	3.043.902,985	2	6.487,750					2	6.487,750
ATIRADORES	2.806.681,031	2	1.512,580			1	1.205,860	1	306,720
AVENTUREIRO	9.435.073,217	6	36.293,670	1	8.351,560	1	9.141,140	4	18.840,770
BOA VISTA	5.363.852,426	7	37.249,110	1	18.401,180	2	1.925,600	4	16.922,330
BOEHMERWALD	3.137.399,392	2	21.420,340	1	3.489,620			1	17.930,720
BOM RETIRO	3.905.595,482	5	1.776.124,520			2	3.156,660	3	1.772.967,860
BUCAREM	2.040.076,360	4	11.034,770			2	1.809,260	2	10.225,510
CENTRO	1.313.956,242	9	31.370,340			1	1.073,870	8	30.296,470
COMASA	2.717.169,175	4	29.457,030					4	29.457,030
COSTA E SILVA	6.581.294,328	6	50.586,430	2	5.418,840			4	45.167,590
DONA FRANCISCA	1.038.902,039	0	0,000					0	0,000
ESPINHEIROS	2.738.792,972	4	15.382,410					4	15.382,410
FÁTIMA	2.215.060,842	1	2.133,840					1	2.133,840
FLORESTA	4.993.435,855	5	20.267,860	3	8.583,630	1	2.605,050	1	9.078,180
GLÓRIA	5.373.089,732	4	4.813,080			3	4.177,910	1	635,180
GUANABARA	2.552.204,227	5	42.093,560					5	42.093,560
IRIRIÚ	6.222.047,944	6	5.404,520			1	603,530	5	8.800,990
ITALUM	3.177.918,214	1	3.946,330					1	3.946,330
ITINGA	7.736.541,028	3	12.992,080	1	1.343,680			2	11.648,400
JARDIM IRIRIÚ	3.300.163,257	3	18.325,150					3	18.325,150
JARDIM PARAISO	3.220.703,572	2	8.585,170	1	5.499,120			1	3.146,050
JARDIM SOFIA	2.134.901,249	2	24.681,200	1	5.631,200			1	19.050,000
JARIVATUBA	2.085.097,499	2	5.420,670	1	363,860			1	5.057,210
JÃO COSTA	3.410.211,936	3	8.925,640			1	667,030	2	8.258,610
MORRO DO MEIO	5.427.916,327	2	17.900,740					2	17.900,740
NOVA BRASEIA	7.854.337,726	4	6.950,620	1	4.651,370	1	124,020	2	2.215,230
PARANAGUAMIRIM	11.617.352,122	3	7.713,700					3	7.713,700
PARQUE GUARANI	4.441.086,269	2	7.585,610					2	7.585,610
PETRÓPOLIS	3.043.925,742	2	5.109,330	1	476,410			1	4.632,920
PIRABEIRABA	6.086.818,840	2	3.228,300			1	1.060,440	1	2.267,860
PROFIPO	1.660.128,412	1	12.622,650					1	12.622,650
RIO BONITO	5.714.567,479	1	2.018,420					1	2.018,420
SAGUAÇU	4.886.099,100	5	90.636,500			1	1.655,540	4	88.980,960
SANTA CATARINA	5.419.521,633	1	470,470	1	470,470			0	0,000
SANTO ANTÔNIO	2.199.346,900	2	3.387,110					2	3.387,110
SAO MARCOS	5.711.534,738	2	4.213,440					2	4.213,440
ULYSSES GUMARÃES	3.229.874,251	1	4.498,740					1	4.498,740
VILA CUBATÃO	860.642,809	1	6.029,270					1	6.029,270
VILA NOVA	14.178.064,827	5	19.911,970	3	12.687,460			2	7.224,510
ZONA INDUSTRIAL NORTE	30.071.539,140	0	0,000					0	0,000
ZONA INDUSTRIAL TUPY	1.472.671,764	0	0,000					0	0,000
TOTAL		130	3.146.306,310	19	84.070,000	18	29.205,910	93	3.032.930,400

Figura 4 – Tabela de quantificação de ELP de praça/parque por bairro. Comparativo entre cadastro do IPPUJ e classificação da Autora após visita in loco Fonte: Autora, 2017.

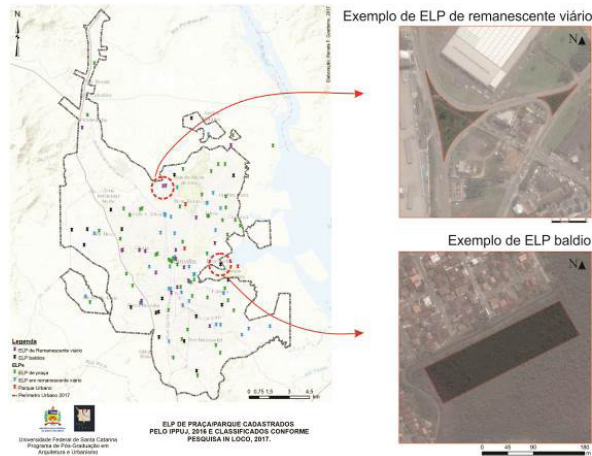


Figura 5 – Localização dos ELPs cadastrados no IPPUJ e categorização conforme visita exploratória. Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

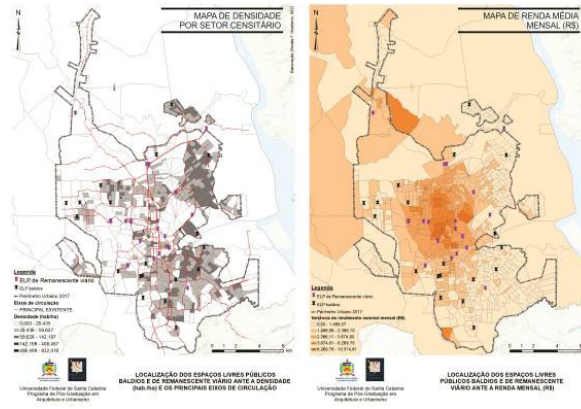


Figura 6 – 6a - Localização dos ELPs baldios e de remanescente viário ante a densidade populacional e os principais eixos de circulação (esquerda). Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017. 6b - Localização dos ELPs baldios e de remanescente viário ante o rendimento médio mensal por setor censitário (direita). Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

áreas, muitas vezes, abandonadas, que estão servindo como depósito de lixo. Pode-se dizer que fazem parte dos vazios urbanos, sem uso, sem manutenção, mas em áreas com infraestrutura urbana que permitiria sua reconfiguração. Concentram-se nos bairros periféricos de média densidade (em sua grande maioria) variando entre 30 hab/ha e 60 hab/ha (Figura 6a) e onde a população possui uma renda média mensal de aproximadamente três salários mínimos (Figura 6b). Ou seja, concentrando-se em setores censitários de média densidade demográfica e baixa renda, o que poderia justificar o investimento nesses locais a fim de torná-los espaços propícios ao encontro da população, ao lazer, a contemplação, aos movimentos cívicos e todas as

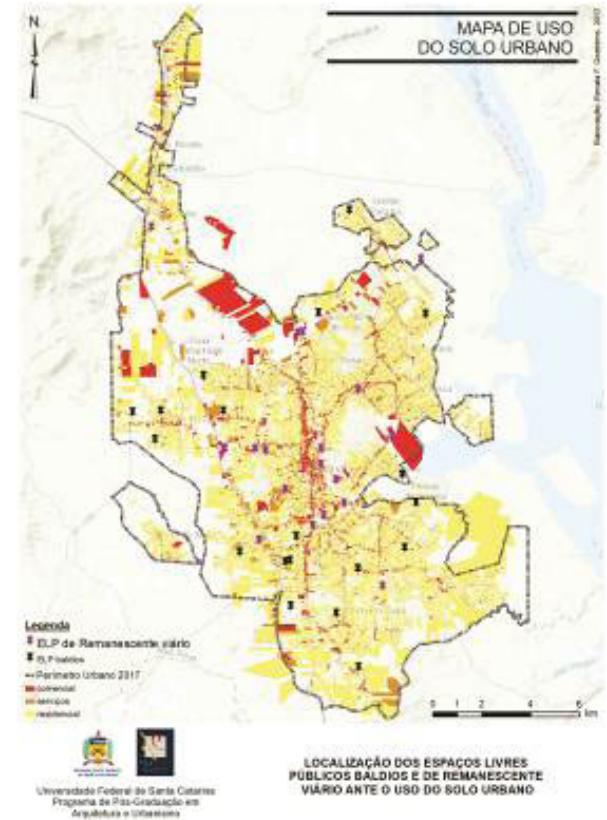


Figura 7 –Localização dos ELPs baldios e de remanescente viário ante o uso do solo urbano. Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

atividades de socialização admissíveis. Ainda é possível visualizar, na Figura 7, que as áreas livres públicas baldias estão, quase que em sua totalidade, localizadas em áreas predominantemente residenciais, fato que poderia atrair pessoas para a utilização desses espaços, principalmente em finais de semana, propiciando encontros e interações entre os moradores da rua ou do bairro.

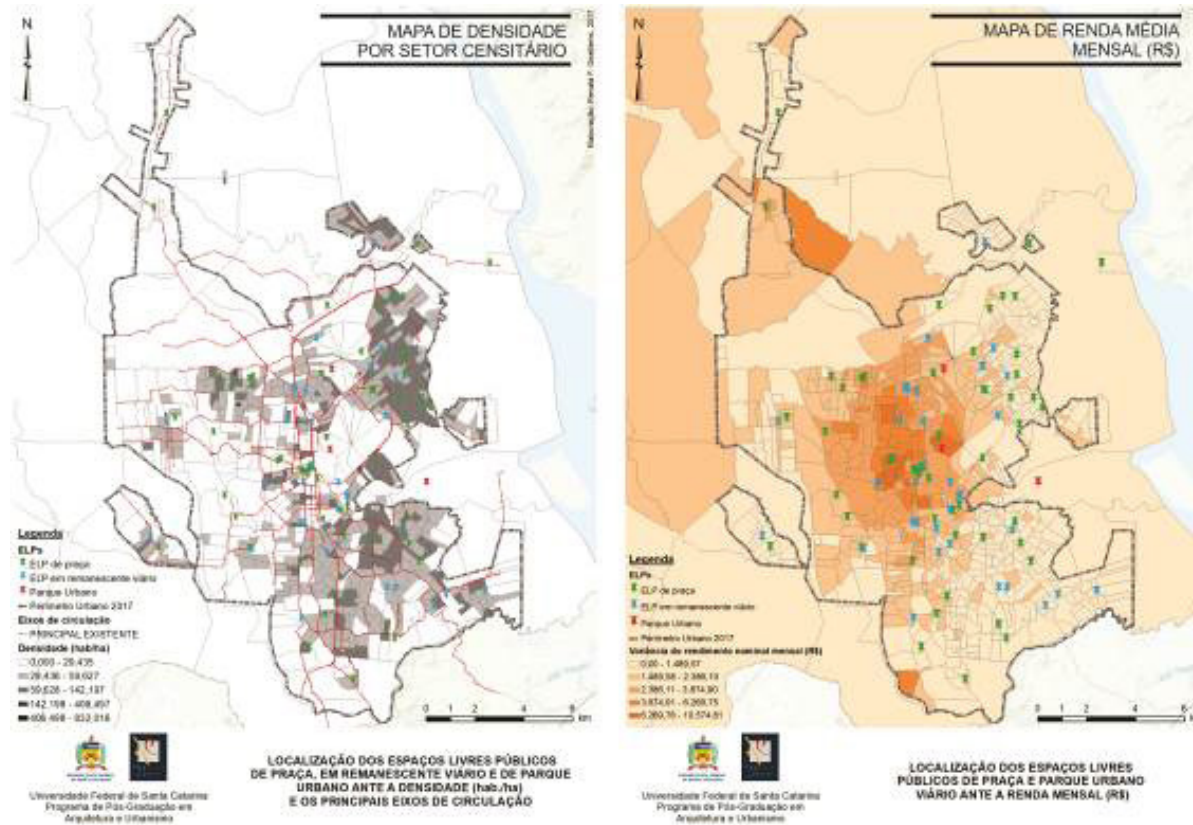


Figura 8 – 8a - Localização dos ELPs de praça e parque ante a densidade populacional e os principais eixos de circulação (esquerda). Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

8b – Localização dos ELPs de praça e parque ante o rendimento médio mensal por setor censitário (direita). Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

Quanto aos outros 70% de espaços livres públicos de praça cadastrados na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento de Joinville, foram identificados 36 ambientes em espaços de remanescente viário, mas que possuem algum tipo de mobiliário ou equipamento para o uso da população, tais como: bancos e equipamentos de ginástica (circuito Unimed de saúde), ou ainda um pequeno espaço com balanço ou gangorra para as crianças. Essas áreas localizam-se em

sua grande maioria junto, ou muito próximas, aos principais eixos de mobilidade da cidade. Quando não são totalmente cercadas por vias de grande fluxo, possuem um de seus lados adjacente a área da quadra, configurando então espaços livres públicos de esquina. Possuem dimensões variando entre 296m² a 10.623m² sendo que a grande maioria dos espaços possui área entre 1.000m² e 4.000m², dimensões essas que, segundo os padrões definidos por Alexander, Ishikawa e Silvertein (2013), corresponderiam a praças de vizinhança ou de bairro, possuindo um raio de atendimento de 250m a 500m.

No que pode ser observado quando se sobrepõe a localização dos espaços livres públicos em remanescente viário à variação da renda média mensal por setores censitários, não se identifica um padrão de distribuição desses espaços (Figura 8b). Quando essa sobreposição se dá relacionada ao mapa de densidades por setor censitário (Figura 8a), percebe-se maior concentração em região de média e alta densidades. Se observada sua distribuição na malha, nota-se que se encontram predominantemente inseridos nos eixos norte-sul e na porção leste do município. Já quando comparados ao uso do solo urbano (Figura 9), identifica-se um padrão na sua localização, sendo que a grande maioria dessas áreas está próxima ou junto a áreas de comércio e serviço, a exceção de 5 ambientes ao sul que se encontram quase que exclusivamente em meio a residências.

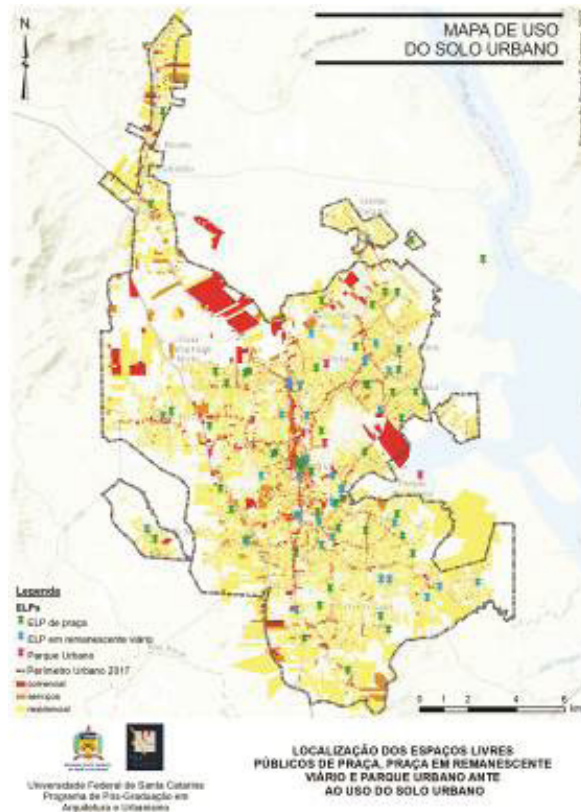


Figura 9 – Localização dos ELPs de praça e parque ante ao uso do solo urbano. Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

Os 55 espaços livres públicos de praça que restam a essa análise estão distribuídos aleatoriamente na malha urbana. Esses espaços foram denominados de praças por possuírem dimensões entre 1.000m² e 33.000m², podendo configurar praças de vizinhança e praças de bairro, conforme categorias apresentadas por Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke et al (2006 apud Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013) e Gehl (2013) e serão utilizadas mais adiante quando da verificação das áreas da cidade atendidas por esses espaços. São locais mobiliados com bancos, poste de iluminação e lixeiras, algumas são setorizadas com áreas de quadra esportiva, equipamentos de ginástica e local de estar. Estas praças também se localizam próximo a alguma via importante (principal ou secundária) que pode facilitar seu acesso (Figura 9).

A partir da análise dos mapas, pode-se observar que existe a concentração de alguns espaços livres públicos de praça na região central, e os outros espaços dispersos no tecido urbano. Com exceção dos parques urbanos e duas ou três áreas em regiões predominantemente residenciais, as demais praças estão ou inseridas em regiões comerciais (centralidades urbanas) ou muito próximas a essas áreas (como pode ser visto na Figura 9).

Quando se observa a distribuição dessas áreas de praça e se compara com a densidade populacional (hab./ha) dos setores censitários de 2010,

percebe-se que a grande maioria dos espaços livres públicos de praça localizam-se em regiões de média ou alta densidade (Figura 8a). Em adição, se compararmos ao rendimento médio mensal desses mesmos setores censitários (Figura 8b), verifica-se que a grande maioria dos espaços está locado em áreas onde a população não possui renda superior a três salários mínimos. Dessa forma, considerando que esses espaços estão (em sua grande maioria), localizados, ao mesmo tempo, em áreas de alta densidade e baixa renda, onde as pessoas dependem mais do espaço público para as interações sociais, poderíamos afirmar que seriam espaços com atividades mais intensas de socialização, ou seja, com maior uso do ambiente urbano, o que através de observações diretas do meio não se confirmou.

A separação feita inicialmente, entre espaços livres públicos de praça, espaços livres públicos baldios e espaços de remanescentes viários, facilitou a compreensão e localização desses espaços quando analisados sobre os aspectos de densidade demográfica, renda, uso do solo urbano e proximidade com as vias estruturais da cidade. Todavia, para a análise da abrangência das áreas de praça na cidade (ou seja, quais as regiões da cidade que estão sendo atendidas pelos espaços públicos), levou-se em consideração apenas os espaços de praça, parques urbanos e os espaços de praça em remanescentes viários por considerar que as áreas livres públicas baldias e as áreas de

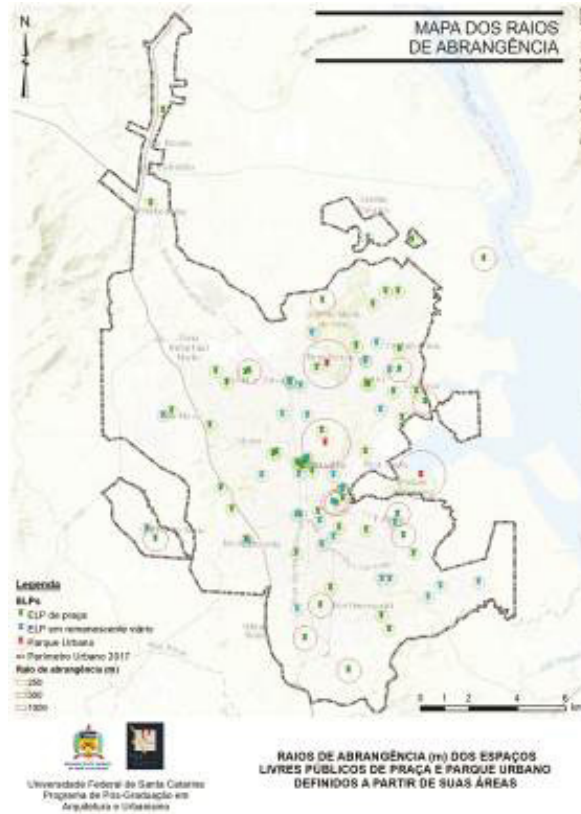


Figura 10 – Raios de abrangência dos ELPs de praça e parque. Fonte: IPPUJ, 2016, tratado pela Autora, 2017.

remanescente viário poderiam alterar a percepção da abrangência desses espaços na malha urbana, alterando as possíveis conexões entre os espaços livres públicos, criando mais áreas do que as que realmente existem (Figura 10).

A análise deste último mapa permite afirmar que o município de Joinville não possui um sistema de espaço livres públicos coeso e integrado. Observa-se uma concentração de praças na região central e outros poucos pontos de abrangência na malha urbana. Entretanto, a grande maioria do perímetro urbano não é atendido por espaços livres públicos de praça.

Conclusão

Este estudo buscou quantificar e analisar os espaços de praça existentes na cidade de Joinville relacionando-os com seu uso, com o uso do solo urbano, densidade demográfica e renda média mensal, além de buscar compreender a abrangência dessas áreas na malha urbana da cidade. Essa análise permite compreender como está estruturado o sistema de espaços livres públicos da cidade, podendo servir como base norteadora para futuras diretrizes no planejamento urbano de Joinville.

A metodologia proposta baseou-se em dados disponibilizados pelo IPPUJ, dados censitários do IBGE, por análise de imagens geradas por satélite, bem como foi complementada por visitas a campo a fim de identificar as reais condições das

áreas de praça cadastradas pela municipalidade. A compilação dos dados possibilitou a criação de mapas temáticos que facilitaram as análises e direcionaram a criação de tabelas comparativas.

Através do exposto no resultados e discussões, percebe-se que a cidade de Joinville é carente de espaços livres públicos de praça para a socialização de seus habitantes, possuindo muitas regiões fora dos raios de abrangência dos espaços existentes e outras com grande sobreposição como é o caso do bairro centro. Observa-se ainda que existe potencial de ampliação da abrangência das áreas, caso sejam instalados mobiliários urbanos e configuradas áreas para lazer, contemplação e estar nos ELP baldios. Observa-se também que se as áreas de margem de rio possuíssem um tratamento que viabilizasse sua apropriação, seria possível pensar em um sistema de espaços livres públicos coesos na cidade, visto que esta é permeada por um sistema hidrográfico rico e que demanda atenção.

Entende-se, ainda, que existe um potencial de apropriação dos espaços existentes, mas que essa apropriação também depende da cultural e da vontade do cidadão. Evidencia-se a importância de entorno imediato de uso diverso para a efetiva apropriação dos espaços. Compreende-se ainda que os espaços de remanescente viários podem cumprir um papel de criar perspectivas, ou mesmo de possibilitar um alívio visual em meio aos edifícios, mas não podem ser con-

siderados como praças no sentido de espaço de encontro, de socialização, de interação.

Acredita-se que esse conhecimento poderá servir de suporte para uma discussão mais aprofundada/fundamentada no que tange a necessidade de criar um sistema de espaços livres públicos coeso e completo que englobe, não apenas as praça, mas todos os espaços livres da cidade, sejam eles ruas, largos, adros de igrejas, parques lineares, parques urbanos, *pocket parks*, jardins públicos e toda a gama de espaços livres (públicos e privados) que compõe a malha urbana de uma cidade.

Referências:

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ALMEIDA, R. D. C. **Paisagem urbana e espaço público**: um estudo de duas praças de Belo Horizonte. Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2001.

ANGELIS, B. L. D. D.; NETO, G. D. A. Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR. **Acta Scientiarum**, 2000. 1445-1454.

CALDEIRA, J. M. **A praça Brasileira**: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Tese de Doutorado e mHistória - Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas. [S.l.]. 2007.

CAVALHEIRO, F.; PICCHIA, P. C. D. D. **Áreas verdes**: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. Anais do 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. Vitória - ES: [s.n.]. 1992. p. 29-38.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscapa and Urban Planning**, v. 68, p. 129-138, Agosto 2004.

CUNHA, R. D. A. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção., 2002.

_____. **Os espaço públicos aberto e as leis de uso e ocupação do solo**: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. São Carlos - SP: [s.n.]. 2003.

ERA, R. T. Improving Pedestrian Accessibility to Public Space Through Space Syntax Analysis. **8º International Space Syntax Symposium**, Santiago - PUC, 2012.

ESCADA, M. I. S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**.

São José dos Campos: Dissertação em Sensoriamento Remoto pelo programa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 1992.

FONTES, N.; SHIMBO, I. **Análise de indicadores para gestão e planejamento de espaços livres públicos de lazer:** município de Jaboticabal. Anais ENA 2003. Belo Horizonte, MG: [s.n.]. 2003.

GEHL, J. **Cidades para Pessoas.** tradução Anita Di Marco 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRAVE, L. et al. **Carta Municipal do Espaço Público: Caracterização da rede dos espaços exteriores de vivência colectiva.** Câmara Municipal de Odivelas. Odivelas, p. 1-49. 2011.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: SELENE HERCULANO, M. F. D. S. P. C. M. D. F. **Qualidade de vida e Riscos Ambientais.** Niterói: EdUFF, 2000. p. 219-246.

IBGE. **Censo.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [S.l.]. 2010.

KOHLSDORF, M. E. A Apreensão da Forma da Cidade, 1996. ISSN ISBN 85-230-0388-6.

KOOHSARI, M. J.; KARAKIEWICZ, J. A.; KACZYNSKI, A. T. Public open space and walking: the role of proximity, perceptual qualities of the surrounding built environment, and street configuration. **Environment and Behavior**, p. 706-736, 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** 1ª ed. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 3ª reimpressão da 1ª edição de 1999., 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

OLIVEIRA, L. A. D.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun 2007. ISSN ISSN 1678-8621.

PEPONIS, J. Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele. **Revista AU**, v. n. 41, p. 78-83, 1992.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo. Razão e Emoção. 4ª. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

SCHIPPERIJ, J. et al. Factors influencing the use of green space: Results from a Danish national representative survey. **Landscape and Urban Planning**, v. 95, p. 130-137, 2010.

SALAZAR, J. H. **Uso y apropiación de los espacios públicos.** Medellín: Grupo EMAT, 2010.

SENNETT, R. **La conciencia del ojo.** Barcelona: Duplex, 1990.

SENNETT, R. **O declínio do homem público, as**

tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SILVA, J. G. D. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer:** As vibrações do centenário e o período de nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville/SC. Florianópolis: Tese de doutorado, 2004.

SOUZA, G. M. D. **A cidade onde se trabalha, a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville.** 1ª. ed. Itajaí: Maria do Cais, 2008.

TERNES, A. **História de Joinville,** uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981.

THOMPSON, C. W. Urban open space in the 21st century. **Landscaps and Urban Planning 60,** 2002. 59 - 72.

VIER, L. G1 Santa Catarina. **G1 Santa Catarina,** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/12/joinville-e-cidade-mais-rica-de-santa-catarina-aponta-pesquisa-do-ibge.html>>. Acesso em: 05 Janeiro 2016.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. D. S. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Niteroi: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. O papel das praças públicas: estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. **IV EPCT - Encontro de Produção Científica e Tecnológica,** Campo Mourão - PR, 20 -23 Outubro 2009.

